

Congresso recebe projetos contra a crise

BRASÍLIA — O presidente do Congresso Nacional, senador Nelson Carneiro, articulador de um pacto político que visa a superar a crise econômica e a ameaça de hiperinflação, recebeu ontem três propostas diferentes — de autoria dos deputados César Maia (PDT-RJ) e Ricardo Fiúza (PFL-PE) e de um grupo de empresários da Federação das Indústrias de São Paulo, Fiesp — que têm por objetivo final garantir a eleição de novembro e a entrega, num clima de estabilidade política, de um país governável ao sucessor do presidente Sarney.

Apesar da posição de seu partido, que se recusa a participar do pacto, César Maia apresentou ao senador o seu programa para a estabilização da economia, propondo a adoção de uma política fiscal de emergência. Segundo o deputado, com essa medida o governo produziria um superávit fiscal de cerca de NCz\$ 23,6 bilhões. No conjunto de medidas políticas e econômicas propostas por Ricardo Fiúza estão a troca da suspensão das greves pela estabilidade no emprego a todos os trabalhadores, até maio de 1990. A proposta de Fiúza, que é presidente da Comissão de Economia da Câmara, tem alguns pontos em comum com a dos empresários da Fiesp, como, por exemplo, no que sugere a venda de todos os imóveis da União que não sejam diretamente utilizados para os serviços do Estado.

Sacrifícios — O documento levado ao gabinete de Nelson Carneiro pelo presidente da Fiesp, Mário Amato, foi assinado por 84 empresários de todo o país, numa reunião promovida por Amato e realizada no último dia 14, em São Paulo. Ao seu lado, o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Menezes, acrescentou que a maior quota de sacrifícios deve partir do

aparelho de Estado, que "precisa reduzir o seu tamanho".

Menezes, sem revelar muito otimismo em relação ao pacto patrocinado pelo Congresso, acredita que a gravidade da situação econômica será capaz de empurrar os políticos para um entendimento com a sociedade. "Quando está pegando fogo numa floresta, a onça e o veado correm para a mesma toca. Somos todos passageiros do mesmo barco. Como não dá para fazer o pacto da inteligência, vamos fazer o pacto da crise" disse ele. O presidente da Federação Brasileira de Bancos, Léo Cochrane, era um dos poucos a mostrar-se otimista com a possibilidade desse entendimento em estudo no Congresso. "A inflação está beirando os 20 %, e isso pressiona as pessoas, cria a necessidade de um acordo. Por isso o momento é tão propício ao entendimento", disse ele.

Acontece que os próprios presidentes de partidos que, há um mês, vêm-se sentando a uma mesa de negociações com Nelson Carneiro, não estão muito seguros do que desejam para constituir um acordo. O deputado Delfim Neto (PDS-SP), que tem participado de todas as reuniões, define ironicamente o que tem sido feito até agora: "Temos conversado sobre generalidades".

Na última reunião de Nelson Carneiro com os presidentes dos partidos políticos, o que mais se discutiu foi a necessidade de que a sociedade indique até o próximo dia 30, ao presidente Sarney, um superministro extraordinário da economia, que teria a função de executar o que viesse a ser proposto pelo pacto, com o que não concorda o deputado Ricardo Fiúza. "Isso é boba-gem", disse. "Os ministros da Fazenda e do Planejamento não permaneceria, o presidente Sarney teria de renunciar e estaria implantado de fato o parlamentarismo."

Brasília — Wilson Pedrosa



Amato marca distanciamento do governo